

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Destinatário:

Associação Casa da Juventude, Lda.
NIF: 514 321 987
Rua da Liberdade, n.º 45, 5.º Esq.º
1200-115 Lisboa

Remetente:

Maria da Conceição Silva, na qualidade de mãe e representante legal de João da Silva, menor, nascido a 12 de junho de 2012, titular do NIF 225 678 332.
Endereço: Rua das Flores, n.º 12, 3.º Dto.
1900-123 Lisboa

Mandatário:

Dr. Luís Costa – Ordem dos Advogados, n.º 12345
Escritório: Avenida da República, n.º 78, 2.º andar, 1050-157 Lisboa
Telefone: +351 213 555 678
E-mail: l.costa@advogados.pt
Lisboa, **15 de março de 2024**

I. INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 31.º do Código Civil e do artigo 9.º do Código de Processo Civil, a presente notificação tem por finalidade **informar a Associação Casa da Juventude, Lda.** da intenção de ajuizar ação judicial – de natureza civil e penal – contra a mesma, bem como contra o seu ex-diretor, Sr. Carlos Mendes, NIF 213 456 789, pelos factos que se seguem.

II. FACTOS RELEVANTES

Nº	Descrição dos Factos
1	Entre os anos de 2015 e 2020 , o menor João da Silva foi frequentador regular da Associação Casa da Juventude, Lda., onde esteve sujeito a abuso sexual continuado por parte do Sr. Carlos Mendes, ex-diretor da entidade.
2	A referida conduta foi corroborada por depoimentos de outras vítimas menores, bem como por laudos periciais psicológicos já produzidos em processos paralelos.
3	A Associação, na qualidade de entidade tutelar e de prestação de serviços à infância e juventude, falhou na obrigação legal de vigilância e proteção , permitindo a perpetração dos abusos.
4	Até à presente data, a Associação não cessou nenhum contacto com menores que ainda se encontram sob a sua tutela, nem adotou medidas corretivas ou de prevenção.

III. REQUISIÇÕES

1. **Cessação Imediata** de qualquer contacto, comunicação ou atividade que envolva menores de idade, nomeadamente os que ainda frequentam as dependências da Associação, sob pena de **medidas cautelares de urgência** a serem requeridas ao Juízo da Vara de Família e Menores de Lisboa.
2. **Suspensão de todas as atividades** que impliquem a prestação de serviços a menores até ao completo esclarecimento dos factos e à adoção de protocolos de segurança reconhecidos pelas autoridades competentes.

3. **Entrega imediata**, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da receção desta notificação, de toda a documentação relativa a:

- Registos de presença e fichas de inscrição dos menores atendidos entre 2015 e 2020;
- Contratos de prestação de serviços, convênios e seguros;
- Relatórios internos, atas de reuniões e comunicações internas que mencionem o Sr. Carlos Mendes ou situações de risco.

IV. CONSEQUÊNCIAS DA NÃO CUMULAÇÃO

Caso a Associação Casa da Juventude, Lda. **não atenda** aos pedidos acima descritos dentro do prazo estabelecido, a parte notificante procederá, sem prejuízo de outros meios, a:

- **Ajuizamento de ação civil** – pedido de indemnização por danos morais e patrimoniais a favor de João da Silva, no valor de **€ 250 000,00**, bem como a condenação da Associação ao pagamento de custas e honorários.
- **Instaurar ação penal** – requerimento ao Ministério Público para a abertura de investigação criminal contra o Sr. Carlos Mendes e contra a própria Associação, nos termos dos artigos 172.º e seguintes do Código Penal.
- **Pedido de tutela de urgência** – solicitação de medida cautelar que determine a interdição temporária das atividades da Associação junto a menores, bem como a nomeação de um gestor provisório.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente notificação tem caráter **extrav judicial** e visa evitar a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário, preservando, na medida do possível, o bem-estar dos menores ainda vinculados à Associação. Contudo, a gravidade dos factos alegados e a responsabilidade legal da entidade tornam indispensável a adoção imediata das medidas aqui requeridas.

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me com a certeza de que a Associação Casa da Juventude, Lda. cumprirá integralmente as exigências aqui delineadas, evitando, assim, a escalada do litígio.

Maria da Conceição Silva
Representante legal de João da Silva

Dr. Luís Costa
Advogado – Ordem dos Advogados n.º 12345

Documento enviado por via eletrónica certificada (e-mail) e por correio registado com aviso de receção.